

O que há de novo com a ecoagricultura

Ludivine Eloy Costa Pereira¹

¹Doutora, Geografia, Universidade Paris III (Sorbonne Nouvelle). Professora do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: ludivine.elay@gmail.com

Recebido em 20.09.2012

Aceito em 14.10.2012

RESENHA

MCNEELY, Jeffrey A.; SCHERR, Sara. 2009. *Ecoagricultura: Alimentação do mundo e biodiversidade*. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2009. 464 p. ISBN 978-85-7359-795-0. Título original: *Ecoagriculture: strategies to feed the world and save wild biodiversity*. 2003. Vários tradutores. Glossário. Bibliografia. Índice remissivo.

O título do livro resume o desafio: a ecoagricultura designa os sistemas de uso da terra que combinam a conservação da biodiversidade com uma produção agrícola suficiente para responder as demandas do mercado. Este conceito foi elaborado pelos autores em 2000, no seu relatório “*Common Ground, Common Future: How Ecoagriculture Can Help Feed the World and Save Wild Biodiversity*”, encomendado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN). Jeffrey McNeely é um antropólogo e ambientalista, ligado ao mundo da conservação (UICN). Sara Scherr, por sua vez, é uma economista agrícola que fez carreira nos centros internacionais de pesquisa agrônômica (World Agroforestry Centre e Consultative Group on International Agricultural Research-CGIAR). Os dois são especialistas internacionais da conservação : participaram do Millenium Ecosystem Assesment (2005) e co-dirigem a ONG norte americana “EcoAgriculture Partners”, fundada em 2002 e co-financiada pela UICN e a Future Harvest foundation (apoiada pelo CGIAR e parceiros privados).

A ecoagricultura, portanto, não é somente um conceito, é uma organização, com produção científica regular, dedicada a promover novas soluções para agricultura sustentável. Os autores acabaram de publicar um novo livro chamado «*Farming with Nature: The Science and Practice of Ecoagriculture*», que apresenta fortes semelhanças com o livro que comento aqui.

O livro pretende resolver um grande dilema atual: como integrar a conservação da biodiversidade ao desenvolvimento agrícola? Após caracterizar as diferentes dimensões deste dilema (parte I), os autores explicam como a mobilização de práti-

cas e conhecimentos inovadores permitem alcançar a ecoagricultura (parte II). Nesta parte, os autores propõem seis estratégias, apoiadas em estudos de caso: criar reservas de biodiversidade que beneficiem comunidades agrícolas locais, desenvolver redes de habitats em áreas não cultivadas, reduzir (ou reverter) a conversão de terras por meio do aumento da produtividade agrícola, intensificando o valor dos *habitats* de terras agrícolas produtivas, minimizar a poluição agrícola, modificar a gestão de recursos do solo, da água e da vegetação, modificar sistemas de cultivo para ecossistemas naturais imitativos.

Essas estratégias reúnem experiências de gestão participativa, técnicas oriundas da agroecologia, agricultura orgânica e manejo agroflorestal, até as iniciativas mais recentes de incentivos econômicos para conservação (compensações, pagamentos por serviços ambientais). Ao mesmo tempo, os autores não descartam o uso de técnicas agrícolas intensivas e variedades “geneticamente melhoradas”, como parte das estratégias para proteger a biodiversidade selvagem e alimentar a população mundial. Por fim, na parte III, eles indicam quais medidas políticas e econômicas deve ser promovidas para implementar estas estratégias (preços e incentivos econômicos, pesquisas, investimentos e instituições específicos).

A argumentação se apoia numa ampla revisão bibliográfica, cobrindo diversas regiões e escalas. Os autores apresentam 36 estudos de caso, selecionados para evidenciar a possibilidade de aumentar a biodiversidade (ou reduzir suas ameaças), ao mesmo tempo em que aumenta a renda agrícola (ou não diminuição), com ênfase nos países tropicais. Maior parte destas experiências foi testada dentro dos projetos apoiados pela “Future harvest”, financiado pelo CGIAR.

O livro merece atenção, pois demonstra de maneira muito clara a indissociabilidade espacial entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento agrícola. Assim, o que diferencia este livro dos outros ensaios sobre conservação da biodiversidade e agricultura, é que argumenta a favor de uma gestão dos sistemas agrícolas na escala das paisagens e não somente na escala da propriedade individual. Oferece uma síntese de conhecimentos e experiências diversos, resultando da colaboração entre agrônomos, ambientalistas e agricultores. Esta abordagem ecossistêmica e pluridisciplinar rejeita a conservação em ilhas: a proposta é expandir a conservação da biodiversidade fora das áreas protegidas. Porém, o livro utiliza generalizações, contradições e simplificações de ordens diversas, que enfraquecem a proposta.

A linha de argumentação dos autores pode ser resumida da seguinte maneira: os sistemas agrícolas mais ricos em biodiversidade e com maior proporção de cobertura florestal são os mais extensivos (p. 72, p. 107). *Ainda existem* ecossistemas agrícolas com altos níveis de biodiversidade, mas estão localizados em espaços remotos e pouco aptos a investimentos produtivos. Segundo os autores, a modernização agrícola e o aumento da população das últimas décadas tornaram os sistemas agrícolas insustentáveis, com impactos diretos e indiretos na biodiversidade. Assim, os níveis de biodiversidade nos sistemas agrícolas são inversamente proporcionais à renda agrícola. É preciso, portanto, desenvolver novas técnicas e co-

nhcimentos para combinar biodiversidade e produtividade agrícola. De um lado, precisa transformar os sistemas agrícolas comerciais e competitivos para eles se tornarem mais “amigos” da biodiversidade, e do outro lado, os sistemas agrícolas extensivos e ricos em biodiversidade precisam se tornar mais rentáveis e competitivos no mercado.

De fato, propor o desenvolvimento de práticas agrícolas que visam limitar a poluição, evitar o despediço e “imitar a estrutura de habitats nativos” (p. 224) pode ser uma estratégia interessante para recuperar a qualidade ambiental em áreas de agricultura comercial (sobretudo aquela praticada em escala industrial). Porém, propor isso para todos os sistemas agrícolas, como se fosse uma “inovação” trazidas pelos cientistas, significa ignorar o fato que os agricultores familiares, em diversas regiões do mundo, conseguem manter e adaptar seus sistemas complexos de gestão da biodiversidade, mesmo em contexto de alta densidade demográfica e de inserção ao mercado. Por exemplo, as propostas “inovadoras” de gestão da fauna selvagem são, na verdade, experimentadas há séculos. Os autores omitem a capacidade de inovação local, que não é necessariamente tecnológica, mas que pode ser territorial, econômica e organizacional e que explica em grande parte a resiliência dos sistemas locais de gestão da biodiversidade.

Talvez seja por isso que os autores insistem no termo de “biodiversidade selvagem” do início até o fim do livro. Esta é uma tradução literal (e problemática) do termo *wild biodiversity* definida no glossário como “todas as espécies animais e vegetais que não são cultivadas”. Apesar de admitir que *biodiversidade selvagem* não é necessariamente “pristina” (p. 38) e que “alguns tipos de biodiversidade selvagem dependem de práticas humanas de gestão” (p. 127), os autores procuram demonstrar que os agricultores são os principais responsáveis pela erosão da biodiversidade, e que possuem uma “reticência em conviver com a fauna selvagem” (p. 283). Sem considerar os importantes avanços no campo da etnoecologia e da ecologia histórica, os autores “esquecem” dos inúmeros conhecimentos e práticas locais de domesticação e de gestão de recursos florestais (plantados ou não), que estão na origem, muitas vezes, da criação e da conservação da biodiversidade vegetal e animal (domesticada ou não). Estes conhecimentos não são relíquias do passado, que servem somente para inspirar a ciências “modernas”, eles continuam sendo mobilizados, produzidos e transformados através da experimentação e da difusão nas redes sociais, independentemente dos cientistas (ainda bem!). Portanto, a “descoberta” que o conceito de ecoagricultura propicia (cf.p 152) deve ser relativizada.

O outro aspecto problemático deste livro é a ênfase nas estratégias “win-win”, que dão enfoque na inovação tecnológica ou nos arranjos institucionais, mas que escondem os jogos de poder e as desigualdades, que muitas vezes estão na origem dos problemas ambientais. O exemplo mais revelador deste posicionamento é o relato da experiência de conservação de florestas desenvolvida por um grupo de fazendeiros da Amazônia. Os autores descrevem como estes fazendeiros conseguem se organizar para manter suas reservas de florestas em pé, para se “proteger dos invasores”, ao mesmo tempo em que “protegem a natureza” (p. 202).

Como não pode ser ingenuidade, só pode haver uma omissão deliberada, por parte dos autores, da violência e das desigualdades que explicam como os fazendeiros conseguiram se apropriar e cercar estas terras extensas, tão bem cercadas hoje graças à valorização da floresta em pé.

O mesmo tipo de problema acontece com a intensificação agrícola, vista como uma solução geral para poupar florestas. Mesmo se os autores evocam os limites da teoria (p. 212-214), eles não deixam de propor esta alternativa geral para favorecer a conservação da biodiversidade. Ora, sabemos que as “técnicas agrícolas melhoradas” não são acessíveis para a maior parte dos agricultores, sobretudo nos países em desenvolvimento, e que, mesmo se fossem, não resultam sempre em uma diminuição das taxas de desmatamento e na conservação da biodiversidade, pelo contrário.

No fundo, não é uma ilusão achar que todas as agriculturas do mundo devem ser ricas em biodiversidade e competitivas no mercado mundial? Se uma agricultura é rica em biodiversidade é geralmente porque ela atende objetivos de soberania alimentar e responde a critérios culturais e estéticos que não são necessariamente reconhecidos e valorizados pelos mercados internacionais. Muitas famílias mantêm sistemas agrícolas ricos em biodiversidade, desenvolvendo inovações territoriais e sociais para garantir sua alimentação, ao mesmo tempo em que buscam outras fontes complementares de renda em diversos lugares.

A busca permanente por sistemas agrícolas novos e originais, imaginados e avaliados por cientistas, pode levar a desconsiderar boas soluções existentes, mas que estão sendo perdidas por falta de reconhecimento dos direitos e dos conhecimentos das “populações tradicionais”. Assim, envolver os agricultores no planejamento e no monitoramento das paisagens agrícolas não depende apenas da sua “capacitação” (cf. p. 354), mas supõe elaborar métodos de pesquisa e de ensino que mobilizam tanto os conhecimentos científicos como os locais. E talvez por causa de divergências políticas desse tipo que a ecoagricultura difere da agroecologia, tal como proposta por M. Altieri e seus seguidores.

Contudo, este livro pode ser útil para estudantes, pesquisadores e lideranças interessados na conservação da biodiversidade, pois é uma fonte de referência que reúne as estratégias e as experiências que buscam resolver os problemas de degradação ambiental em paisagens agrícolas. Porém, recomendamos esta leitura com um olhar crítico, pois a neutralidade política da obra é mera aparência.

